

DILEMAS E RESISTÊNCIAS DO SER RIBEIRINHO: UMA ANÁLISE SOCIOCULTURAL NO MÉDIO SOLIMÕES

Deize Martins França

Graduada em Licenciatura em Letras e Literatura pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Especialista em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão pela Faculdade Única/MG. Técnica em Tradução e Interpretação de Libras/CETAM-AM. Mestranda em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Atuou como professora da rede municipal de Ensino como Professora de Educação Especial. Bolsista FAPEAM.
E-mail: dmf.mic22@uea.edu.br

Nelissa Peralta Bezerra

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (2012)
Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, Brasil.
E-mail: Nelissa2013peralta@gmail.com

Resumo: Este trabalho integra uma pesquisa de cunho etnográfico, cuja proposta é apresentar o modo de vida dos ribeirinhos da comunidade do Boarázinho, situada na localidade denominada Tarará, às margens do Rio Solimões, no município de Tefé, estado do Amazonas. A investigação tem como foco central as dicotomias presentes na vivência do ser ribeirinho na contemporaneidade, evidenciando os contrastes entre os espaços rural e urbano, bem como os estigmas sociais que permeiam essas realidades. O objetivo geral da pesquisa é descrever as dicotomias que envolvem o ser ribeirinho na cidade de Tefé. Como objetivos específicos, busca-se: identificar as distintas formas de fala e representação sobre o ser ribeirinho e analisar como as subjetividades expressas nessas falas delineiam a diferença entre ser ribeirinho e ser urbano. A base teórica do estudo está fundamentada nos autores Laraia (2001), Gil (2008), Creswell (2014) e Goldemberg (2004), que contribuem para a compreensão dos aspectos culturais, metodológicos e sociais presentes na análise. Parte-se do pressuposto de que o ser ribeirinho está inserido em processos históricos, sociais e econômicos que moldam sua identidade, sua vivência e sua relevância dentro do contexto amazônico. Assim, a pesquisa visa não apenas compreender essas dicotomias, mas também dar visibilidade a uma população historicamente marginalizada, evidenciando sua importância para o desenvolvimento local e contribuindo para estudos futuros que valorizem os saberes tradicionais e a diversidade cultural da região amazônica.

Palavras-chaves: Comunidade Ribeirinha; Ribeirinhos; Saberes Tradicionais; Tefé.

Abstract: This work is part of an ethnographic research project that aims to present the way of life of the riverside dwellers of the Boarázinho community, located in the locality called Tarará, on the banks of the Solimões River, in the municipality of Tefé, Amazonas state. The investigation focuses on the dichotomies presented in the experience of being a riverside dweller in contemporary times, highlighting the contrasts between rural and urban spaces, as well as the social stigmas that permeate these realities. The general objective of the research is to describe the dichotomies surrounding being a riverside dweller in the city of Tefé. Specific objectives include: identifying the distinct forms of speech and representation about being a riverside dweller and analyzing how the subjectivities expressed in these discourses delineate the difference between being a riverside dweller and being urban. The theoretical basis of this study is grounded in the authors Laraia (2001), Gil (2008), Creswell (2014), and Goldemberg (2004), who contribute to the understanding of the cultural, methodological, and social aspects present in the analysis. It is based on the premise that riverside dwellers are embedded in historical, social, and economic processes that shape their identity, their experiences, and their relevance within the Amazonian context. Thus, the research aims not only to understand these dichotomies but also to give visibility to a historically marginalized population, highlighting its importance for local development and contributing to future studies that value traditional knowledge and the cultural diversity of the Amazon region.

Keywords: Riverside Community; Riverside Dwellers; Traditional Knowledge; Tefé.

INTRODUÇÃO

Tefé, em sua essência, é um território marcado pela forte presença do meio rural. Desvincular sua identidade das comunidades ribeirinhas seria uma tarefa praticamente impossível, considerando que o desenvolvimento econômico, social e cultural do município se construiu, em grande medida, pelas mãos desses sujeitos. O cotidiano da cidade está intrinsecamente ligado à presença dos ribeirinhos, seja por meio de interações diretas ou indiretas.

Dessa forma, compreender e apresentar a vida dos povos ribeirinhos sob diferentes perspectivas não se configura como um desafio, mas sim como uma neces-

sidade urgente. Trata-se de reconhecer a importância dessas populações na construção da identidade tefeense, bem como dar visibilidade às suas trajetórias, às suas práticas culturais e à maneira como seus modos de vida dialogam com as dinâmicas atuais do município. É nesse contexto que emergem as dicotomias do ser ribeirinho, revelando tensões, contrastes e complementaridades entre o rural e o urbano.

A diferenciação entre aqueles que vivem nas comunidades ribeirinhas e os que nasceram e se criaram no espaço urbano é um tema complexo e multifacetado, permeado por dimensões econômicas, culturais e históricas. Compreendê-la requer uma análise cuidadosa das subjetividades, das narrativas e dos processos sociais que moldam essas identidades distintas, muitas vezes marcadas por desigualdades e estigmas estruturais.

Tefé no período da estiagem

Figura 1: Tefé em período de estiagem.



Fonte: Internet

Os ribeirinhos, ao longo do tempo, têm sido representados de diferentes maneiras nas narrativas sociais. Em alguns discursos, são vistos como aqueles que, originalmente, viviam na zona urbana e migraram para o campo em busca de melhores condições de subsistência. Em outros casos, são retratados como sujei-

tos que nunca deixaram o meio rural, mantendo seus modos de vida tradicionais enraizados no cotidiano das comunidades ribeirinhas. Essas interpretações, ancoradas nos “atos de fala” (AUSTIN, 1990), ajudam a redefinir as fronteiras simbólicas entre os espaços urbano e rural, criando oposições quase antagônicas entre os modos de vida que neles se desenvolvem.

Essa dualidade produz discursos que, frequentemente, posicionam o ser ribeirinho como alguém inferiorizado em relação ao sujeito urbano, o que reforça visões pejorativas e estigmatizantes. Como destaca Laraia (2001, p. 25), “o perigo desses tipos de explicações é que facilmente associam-se com tipos de discriminação raciais e sociais, numa tentativa de justificar as diferenças sociais”. Tais visões reducionistas tendem a ignorar a complexidade cultural e a riqueza simbólica dos povos ribeirinhos, tratando-os como sujeitos menos desenvolvidos ou atrasados frente à lógica urbana.

Em Tefé, essa percepção se manifesta em diversos contextos sociais, nos quais os ribeirinhos, mesmo sendo protagonistas de inúmeras histórias e tradições locais, são frequentemente vistos como indivíduos de menor valor. Isso contribui para um processo de abandono simbólico e, por vezes, físico do território de origem, impulsionando migrações para a cidade em busca de novas formas de existência. Como observa Bourdieu (2007), os indivíduos tendem a internalizar as classificações sociais que lhes são impostas, moldando suas aspirações de acordo com as possibilidades simbólicas reconhecidas pela sociedade.

Nesse cenário, a migração do campo para a cidade é muitas vezes percebida como um caminho de “ascensão social”, motivada pela crença de que a vida urbana representa progresso e qualidade de vida. As histórias de vida dos ribeirinhos, tanto as registradas em estudos como as preservadas na oralidade, evidenciam essa subordinação simbólica e alimentam a ideia de que o espaço urbano oferece melhores oportunidades, reforçando um imaginário coletivo de que “viver na cidade é melhor do que viver na área rural”.

Esses estigmas, construídos historicamente, associam-se ao modo de vida ribeirinho, visto por alguns como sinônimo de atraso ou falta de desenvolvimento. Essa percepção equivocada ignora os saberes tradicionais, a sustentabilidade e os modos de produção próprios dessas comunidades. Segundo Santos (2000), o espaço geográfico é também o espaço das desigualdades, em que o território dos “invisibilizados” é sistematicamente desvalorizado pelas dinâmicas do poder.

Assim, a marginalização sociocultural das populações ribeirinhas contribui para o apagamento de sua identidade amazônica. Desconsidera-se não apenas sua

contribuição histórica e econômica, mas também suas riquezas naturais, seus conhecimentos ancestrais e suas práticas sustentáveis. Essa lógica de exclusão desconsidera, como afirma Geertz (2008), que a cultura é um sistema simbólico denso, e que compreender o outro exige uma imersão em sua realidade concreta, sem os filtros distorcidos da superioridade cultural urbana.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho tem como objetivo central apresentar as dicotomias que envolvem o ser ribeirinho, a partir de uma perspectiva panorâmica sobre o município de Tefé, no estado do Amazonas. Para isso, estabeleceu-se como Objetivo Geral: descrever as dicotomias do ser ribeirinho na cidade de Tefé; e como objetivos específicos: identificar as distintas formas de fala sobre o ser ribeirinho e analisar como as subjetividades dessas falas evidenciam as diferenças entre o ser ribeirinho e o ser urbano. O estudo também busca discutir as relações entre o ribeirinho e o meio em que vive, sua cultura interiorana e as formas de subordinação percebidas entre os espaços rural e urbano dicotomias que permanecem vivas e atuantes na atualidade.

AS DISTINTAS FORMAS DO SER RIBEIRINHO

Nesse contexto, destaca-se a existência de diversas simbologias que envolvem o ser ribeirinho, com significados que transitam entre a ancestralidade e a prática cotidiana. Os ribeirinhos, enquanto povos tradicionais amazônicos, são profundamente enraizados nas atividades rurais e no modo de vida vinculado aos ciclos naturais dos rios. São os responsáveis, como aponta Diegues (2000), “pela produção de saberes tradicionais e pela conservação dos ecossistemas locais, a partir de práticas de subsistência sustentáveis”.

A produção de alimentos, o extrativismo, a pesca artesanal e a oralidade como forma de transmissão de conhecimento são elementos marcantes dessa identidade. As narrativas orais, os “causos”, as rezas, as festas comunitárias e o cotidiano pautado na convivência com a natureza fazem parte de um repertório cultural que configura o ribeirinho como um sujeito histórico e coletivo. Segundo Baniwa (2019), “a oralidade é uma tecnologia de conhecimento que mantém viva a memória dos povos da floresta”.

Dentre essas formas simbólicas, pode-se distinguir duas categorias principais: os povos tradicionais e os povos naturalistas. Os primeiros são identificados por sua

ligação histórica e cultural com a terra, suas práticas agrícolas herdadas por gerações e o modo de vida coletivo, que valoriza a ancestralidade. Para Santos (2005), os povos tradicionais “são grupos que mantêm relações particulares com seu território e produzem formas próprias de existência, resistência e organização social”.

Já os povos naturalistas são caracterizados pelo vínculo direto com o cultivo da terra, como o sistema da coivara, prática tradicional de preparo do solo e a lida diária com o plantio, a colheita e a comercialização de produtos agrícolas. Essas atividades envolvem um trabalho árduo, manual e, muitas vezes, invisibilizado socialmente. Conforme Cruz (2008), o ribeirinho “é frequentemente reduzido a estereótipos de atraso, ignorância ou rusticidade, quando na verdade detém saberes complexos sobre o ambiente e a sobrevivência na floresta”.

É importante reconhecer que essas identidades não são estanques, mas se entrelaçam e se ressignificam continuamente, sobretudo diante das transformações socioeconômicas e dos impactos da urbanização. Ainda assim, o discurso dominante frequentemente estabelece uma comparação desigual entre o modo de vida ribeirinho e o urbano, atribuindo maior valor ao segundo. Como adverte Laraia (2001), “as diferenças culturais muitas vezes são transformadas em desigualdades, e estas, justificadas como naturais”.

Dessa forma, ao apresentar as distintas formas do ser ribeirinho, este estudo busca contribuir para o reconhecimento e valorização de uma identidade marcada por resistência, sabedoria e forte vínculo com o território e com a natureza amazônica.

Frente da comunidade, no Rio Solimões

Figura 2: Comunidade no período das cheias



Fonte: Pesquisadora

Os naturalistas, dentro da perspectiva do ser ribeirinho, são identificados pelo seu tradicional empenho no cultivo da terra e na produção de alimentos de subsistência e comercialização. Seu trabalho começa muito antes de o produto chegar à cidade, iniciase com práticas ancestrais como a queima da área para plantio, conhecida como “coivara”, um método tradicional de manejo do solo utilizado em comunidades amazônicas há gerações. Segundo Posey (2000), práticas como a coivara “demonstram um conhecimento profundo do ciclo de vida do solo e da vegetação, revelando um manejo ambiental adaptado ao ecossistema local”.

A partir desse preparo inicial, seguem-se as etapas do trato da terra, a escolha cuidadosa das sementes e mudas, o plantio, a irrigação, a poda e a colheita. Após a colheita, ainda é preciso selecionar os produtos próprios para o consumo e, posteriormente, realizar o transporte até o porto da comunidade. Em muitos casos, o ribeirinho ainda enfrenta longos trajetos fluviais até chegar à zona urbana, seja para a comercialização direta em feiras, seja para abastecer mercados locais. É um processo intenso, manual e minucioso, que exige força física, conhecimento empírico e resistência ao clima e às adversidades do ambiente amazônico.

Apesar de todo esse esforço, o trabalho do ribeirinho produtor rural ainda é frequentemente desvalorizado pela sociedade urbana. Muitos consumidores, ao se depararem com os produtos comercializados por esses trabalhadores, geralmente mais naturais e menos industrializados, questionam os preços, considerando-os altos, sem considerar os múltiplos fatores envolvidos na produção. Conforme Diegues (2004), “as populações tradicionais, além de enfrentarem a invisibilidade social, sofrem com a desvalorização econômica de seus produtos, mesmo quando esses são essenciais para o abastecimento das cidades”.

Essa percepção distorcida está enraizada em uma lógica que privilegia o consumo rápido e barato, sem levar em conta os custos socioambientais e humanos da produção rural artesanal. Para Goldemberg (2004), “o olhar urbano tende a não reconhecer o tempo, o saber e o esforço inseridos na produção rural tradicional, o que contribui para o apagamento simbólico e a marginalização social desses sujeitos”.

Além disso, é importante destacar que, para os ribeirinhos, o ato de plantar, colher e vender não é apenas uma atividade econômica, mas uma prática cultural profundamente ligada à identidade, à história familiar e à relação com o território. Como afirma Santos (2005), “essas práticas revelam não apenas um modo de sobrevivência, mas uma forma de existência que resiste às imposições da urbanização e do modelo de desenvolvimento hegemônico”.

Portanto, compreender e valorizar o papel do ribeirinho naturalista é reconhecer não só sua contribuição para a segurança alimentar das cidades amazôni-

cas, mas também para a manutenção de práticas sustentáveis, saberes ancestrais e modos de vida que preservam a biodiversidade e a cultura regional.

Frutas coletadas na comunidade

Figura 3: produção dos ribeirinhos



Fonte: pesquisadora

Metodologia

A presente investigação desenvolveu-se em dois momentos principais: o levantamento bibliográfico e a análise dos dados obtidos nas etapas de discussão e resultados. O método adotado foi o indutivo, que, conforme Gil (2008, p. 10), “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”. Essa escolha metodológica permitiu observar e interpretar situações concretas a partir da realidade específica vivenciada pelos sujeitos da pesquisa.

A abordagem utilizada foi qualitativa, conforme propõe Creswell (2014, p. 147), ao destacar que “o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”. Assim, buscou-se com-

preender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e à construção simbólica de suas identidades enquanto ribeirinhos.

O levantamento bibliográfico teve papel fundamental na sustentação teórica da pesquisa, viabilizando o diálogo com autores que discutem a realidade social de populações tradicionais. De acordo com Goldemberg (2004, p. 14), “na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma trajetória”. Nesse sentido, o estudo foi conduzido com foco na profundidade e na qualidade das informações coletadas.

Ademais, a pesquisa incorporou a abordagem fenomenológica, que, segundo Severino (2007, p. 120), se caracteriza por permitir ao pesquisador “compartilhar a vivência dos sujeitos pesquisados” a fim de compreender os fenômenos a partir do ponto de vista dos próprios interlocutores. Para tanto, foram realizadas observações e coletas de depoimentos junto aos moradores da comunidade do Tarará, especificamente na localidade Boarázinho, e nas dependências da Feira Municipal de Tefé. A pesquisa considerou o cotidiano dos ribeirinhos que, além de residirem em áreas rurais, deslocam-se até a zona urbana para comercializar seus produtos, o que permitiu compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que atravessam suas experiências de vida.

Análise de Dados

A VIDA RIBEIRINHA: TRABALHO, SABERES E INVISIBILIDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA

A dinâmica da vida ribeirinha é marcada por uma rotina de profundo envolvimento com os ciclos naturais, em uma relação de interdependência entre o homem, a terra e as águas. Os pescadores, por exemplo, despertam antes mesmo do nascer do sol. Preparam suas malhadeiras, verificam as condições do tempo e aguardam o momento propício para lançá-las ao rio. Essa atividade, entretanto, vai muito além do ato de pescar. Envolve uma série de investimentos prévios que se iniciam na extração da madeira para a confecção das canoas e remos, passando pela aquisição de motores, malhadeiras, linhas, agulhas de pesca, caixas de isopor para armazenamento e a compra de combustíveis utilizados nos trajetos por lagos, igarapés e afluentes.

A realidade se repete entre os produtores de artesanato, que trabalham com materiais diversos como palha, madeira, juta, barro, penas e fibras vegetais, confeccionando paneiros, cestos, tipitis, peneiras e outros utensílios utilizados na

produção de farinha e derivados da mandioca. Essas produções evocam a herança indígena dos povos amazônicos, evidenciando que, embora historicamente marginalizados, os saberes desses grupos mantêm forte conexão com a ancestralidade, a espiritualidade e a sustentabilidade ambiental. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha (2009), os conhecimentos tradicionais são “saberes acumulados e continuamente reelaborados pelas populações locais”, sendo parte essencial da diversidade cultural e ecológica brasileira.

Outro ponto crucial é a ausência ou a fragilidade da presença do poder público na promoção de políticas públicas voltadas às comunidades ribeirinhas. Muitos programas sociais não chegam a esses territórios, ou quando chegam, são insuficientes e descontinuados. Apesar disso, existem instituições que prestam algum apoio técnico, como a EMBRAPA, IDAM, ICMBio, AFEAM, Instituto de Desenvolvimento Mamirauá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé e a Colônia de Pescadores, que atuam no incentivo à produção sustentável, no escoamento dos produtos e na valorização de práticas ambientais responsáveis, como o respeito ao período do defeso.

Essas práticas, no entanto, são pouco reconhecidas pelos discursos hegemônicos que ainda insistem em representar os ribeirinhos de forma estereotipada. “Historicamente se sedimentou no imaginário social, um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Diferentes ‘olhares’ vão de um extremo ao outro...” (CRUZ, 2008, p. 52). Esses “olhares” se cristalizam na dicotomia entre o urbano e o rural, o moderno e o atrasado, o civilizado e o primitivo.

No sentido do tradicional naturalista, como destaca Darcy Ribeiro (1995), o homem amazônico é muitas vezes descrito como “matuto”, um ser de pouco intelecto, desprovido de conhecimentos e saberes, numa tentativa de inferiorização em comparação ao sujeito urbano. Tal visão é resultado de uma construção colonial, marcada pelo epistemicídio das culturas populares e tradicionais. Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006) também alerta para essa “invisibilidade estrutural” que recai sobre as populações tradicionais, cuja importância sociocultural e ambiental é sistematicamente negligenciada.

Contudo, esses povos são os verdadeiros guardiões da floresta. Sua cultura, longe de ser empobrecida, é rica em significados e práticas de convivência harmoniosa com o meio. A valorização da terra como morada, e não como mercado, contrapõe-se aos valores do capitalismo predatório. Milton Santos (2000) nos lembra que “os lugares não desaparecem, mesmo diante da globalização”, sendo

espaços de resistência cultural e política. A vida ribeirinha, com suas particularidades, é exemplo disso.

Ao falarmos sobre a subjetividade do ser ribeirinho, é importante destacar a forma como ele se reconhece em seu espaço e se distingue do sujeito urbano. O Dicionário Online de Português define o termo ribeirinho como “aquele que vive às margens dos rios”, sobrevivendo do plantio, da criação de animais, da pesca e do artesanato – atividades típicas da agricultura familiar e de subsistência. Ainda assim, a representação social dessa figura é muitas vezes associada à ideia de pobreza e atraso, em função da precariedade de acesso a políticas públicas e tecnologias.

A comunidade do Tarará, localizada no Boarázinho, no município de Tefé-AM, é exemplo dessa realidade. Ali, os ciclos das águas, cheias e vazantes, determinam o ritmo da vida, influenciando o plantio, a colheita e até o deslocamento dos moradores. Como descreve Geertz (2008), a compreensão dessas ações e contextos exige uma abordagem interpretativa, capaz de produzir uma “descrição densa” da realidade social e cultural dos sujeitos. A inscrição do cotidiano ribeirinho, portanto, passa por entender as implicações simbólicas, econômicas e afetivas que envolvem seu modo de vida.

José Antônio Martins Pereira, morador da comunidade, relata com simplicidade e profundidade os desafios enfrentados:

“É um tempo muito difícil, minha filha, temos que serrar madeira, para suspender as leiras, os galinheiros, e dependendo da cheia, ter que fazer marombas para os outros animais. Fora que ainda tem que suspender a casa. É uma tristeza, porque quase sempre perdemos nosso roçado, fica um tempo difícil pra tudo. As ‘prantas’ quase não dá, ainda tem que ter todo cuidado com as cobra que fica nas ‘prantação’ que ainda fica viva”.

Laraia (2001, p. 24) já dizia que “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado”. Os saberes e práticas do ribeirinho não são rudimentares, mas sim fruto de uma herança acumulativa de gerações que aprenderam a sobreviver, produzir e resistir em meio às florestas, às águas e às adversidades. Há uma lógica própria de vida e produção, pautada no equilíbrio entre o humano e o natural, uma racionalidade que difere da lógica capitalista e urbana, e que merece reconhecimento e valorização.

Viver em comunidades rurais pode, sim, ser desafiador. As distâncias, a ausência do Estado, os impactos das mudanças climáticas e a falta de infraestrutura básica colocam os moradores em constante luta. Mas também há um profundo

senso de pertencimento, um cotidiano marcado pelo frescor dos alimentos colhidos diretamente do pé, a ausência de agrotóxicos, a tranquilidade do contato com a natureza, e uma espiritualidade que conecta o homem com a terra, com as águas e com seus ancestrais.

Assim, é preciso reconfigurar os olhares sobre os ribeirinhos. São eles produtores de vida, de cultura e de resistência. São protagonistas de uma Amazônia viva, diversa e pulsante, que deve ser compreendida não apenas como bioma, mas como território de saberes e modos de vida legítimos. Como conclui Boaventura de Sousa Santos (2010), “não há justiça social global sem justiça cognitiva”, e isso inclui o reconhecimento dos saberes tradicionais como parte essencial do conhecimento humano.

Comunidade onde a pesquisa foi realizada

Figura 4: imagem da frente da comunidade do Boarázinho



Fonte: pesquisadora

Essa denominação, o ser ribeirinho, pode também ser nomeado como homem da várzea ou varzeiro, apontados como aqueles que vivem em comunidades nas proximidades dos rios, sobrevivendo dos produtos retirados dos roçados, da

pesca e da produção de alimentos e utensílios derivados da mandioca ou macaxeira.

Há, entretanto, uma especificidade importante: nem todo homem ribeirinho pode ser considerado varzeiro, visto que muitos habitam áreas de terra firme, ou seja, terrenos não alagáveis, situados em regiões mais elevadas. Isso implica em modos de vida diferentes, apesar da proximidade cultural. De acordo com Almeida (2006), é preciso considerar a diversidade territorial das populações tradicionais para compreender suas formas de organização e resistência.

As famílias, devido às condições específicas de localização e ausência de políticas públicas adequadas, dificilmente têm acesso a uma escolarização mais ampla. São poucos aqueles que ingressam em universidades, pois há uma priorização do trabalho em sua localidade, além das dificuldades de locomoção, falta de transporte e infraestrutura. Essa realidade contribui para o imaginário coletivo que associa o ribeirinho a um sujeito de “pouco saber”, inferiorizado em comparação ao sujeito urbano, como apontam Cruz (2008) e Ribeiro (1995).

Eu quase não tive estudo, quando tentava ir para a cidade estudar, meu pai dizia que isso não era pra nós, que tinha que ficar na roça trabalhando, que era o roçado que dava de comer nós, não os estudos. Meus filhos é quem tem um “saberzinho” mais que eu, sabe bem assinar o nome, eu sei “male, male” assinar o nome, ainda sai um garrancho (risos), mas a pra que eu ia querer aprender? Mas eu queria muito que meus filhos estudasse, que fosse tudo formado, mas eles não quer, também não vou obrigar. (Edileuza Medeiros, moradora da comunidade).

A dicotomia entre o urbano e o rural, portanto, não é apenas espacial, mas carrega profundas marcas sociais e simbólicas. Como salienta Santos (2000), as desigualdades de acesso à educação, saúde, infraestrutura e tecnologia geram exclusões persistentes que acabam por reforçar as ideias de atraso e inferioridade em relação aos povos do interior.

Outro exemplo está no acesso à saúde básica. Embora existam agentes comunitários, o atendimento é esporádico e ineficiente, obrigando os moradores a buscarem socorro médico na cidade, muitas vezes em situações extremas.

Olha, aqui até tem uma agente de saúde, mas eu nem sei quem é, as vez ela vai lá em casa, deixa aquele negócio lá (cloro) pra botar na água com os meninos, as vez tem também peso do bolsa família, aí nós vai, Deus o

livre de perder esse dinheiro, né muito não, mas já dá pra comprar o gás. Nós quando estamos muito doente, pega a canoa e vai pra cidade, mas vai quando é o último recurso mesmo, as vez, o médico nem “óia” pra gente, manda tomar dipirona e manda nós de volta pra casa. Então nós vai mesmo só quando não tem jeito mesmo. (Francisco Alves, morador da comunidade).

Além disso, o acesso à moradia também reflete desigualdades. As casas ribeirinhas, em geral, são feitas com madeiras extraídas da própria comunidade, e, em alguns casos, com piso de alvenaria. Com a chegada da energia elétrica, houve uma introdução de eletrodomésticos nos lares, promovendo certa transformação na rotina doméstica. No entanto, como destaca Bauman (2012, p. 30):

A sociedade e a cultura, assim como a linguagem mantêm sua distinção sua “identidade”, mas ela nunca é a “mesma” por muito tempo, ela permanece pela mudança. Além disso, na cultura não existe o “agora”, ao menos no sentido postulado pelo preceito da sincronia, de um ponto no tempo separado de seu passado e autossustentado quando se ignoram suas aberturas para o futuro.

Nesse sentido, as mudanças no cotidiano ribeirinho resultam de novos mecanismos de consumo e da chegada de tecnologias modernas. Entretanto, a manutenção desses aparelhos muitas vezes se torna um problema, por conta dos altos custos com energia, o que obriga os moradores a administrarem seu uso com cautela.

Outro aspecto que acentua a diferença entre o homem ribeirinho e o urbano é o acesso à internet, um recurso ainda precário ou inexistente em muitas comunidades. Mesmo aquelas próximas à sede municipal enfrentam oscilações e sinal instável, limitando o acesso à informação, à comunicação e à inclusão digital, um fator cada vez mais importante na atualidade (CASTELLS, 2003).

Essa desigualdade estrutural reforça o sentimento de inferiorização das populações ribeirinhas, que muitas vezes têm sua rica produção cultural desvalorizada ou substituída por elementos externos. A culinária, a música, os saberes tradicionais e os modos de vida ribeirinhos são frequentemente ignoradas em nome de um ideal urbano de “progresso”, como aponta Santos (2010), ao destacar que o desenvolvimento ocidental tende a desprezar conhecimentos não hegemônicos.

DISCUSSÃO

Este trabalho se constrói na perspectiva de mostrar de forma crítica as dicotomias que envolvem o ser ribeirinho: um povo de lutas incansáveis, de trabalho digno, de trajetórias históricas invisibilizadas, mas fundamentais para o tecido social amazônico.

Suas vivências narradas, o que dá voz e vez ao ribeirinho como protagonista de muitas histórias, contadas, ensaiadas, vividas, representadas, nos remetem ao viver na área rural, e o quão bom é, o despertar pela manhã ouvindo o cantarolar dos pássaros, o cheiro da terra, o ir e vir das águas, e todas as mudanças que o devir dos rios traz, assim como as dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos, em suas moradias, em suas plantações, em suas rotinas.

No imaginário urbano, essas populações são frequentemente reduzidas a um estereótipo de atraso, pobreza e ausência de conhecimento, o que contribui para processos de êxodo rural, sobretudo entre os jovens. O mito da superioridade urbana é reforçado por uma estrutura social que privilegia os centros urbanos como locais de desenvolvimento e modernidade, enquanto as zonas rurais são vistas como estáticas, como argumenta Freire (1987) ao destacar a importância de valorizar os saberes populares e seus contextos de vida.

Contudo, as comunidades ribeirinhas demonstram formas alternativas de viver que privilegiam a coletividade, a relação sustentável com a natureza e a transmissão oral dos saberes, como mostram os estudos de Carneiro da Cunha (2009). O conhecimento empírico do homem ribeirinho, por vezes invisíveis aos olhos acadêmicos, é produto de gerações de experimentação e convivência com o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste trabalho, que teve como eixo a comunidade do Tará, na localidade do Boarázinho, foram observadas práticas cotidianas, modos de sobrevivência e dinâmicas sociais de moradores que contribuem diretamente para a sustentabilidade e economia de Tefé. Suas idas à cidade não apenas movimentam o mercado local, mas também são oportunidades para acessar serviços básicos que lhes são negados em sua comunidade.

Além disso, discutiu-se a identidade do ser ribeirinho e do varzeiro, destacando as diferenças geográficas, sociais e culturais, e os preconceitos enfrentados por esse grupo. Como argumenta Bourdieu (1989), as desigualdades simbólicas se

materializam na forma como diferentes grupos são vistos e tratados, alimentando processos de exclusão social.

A ausência de políticas públicas inclusivas contribui para a baixa mobilidade social e a permanência de desigualdades históricas. Os ribeirinhos seguem sendo subrepresentados nos espaços de decisão, e muitas vezes, seus direitos e saberes não são sequer consultados nos processos que os afetam diretamente.

Por fim, é fundamental reconhecer que as comunidades ribeirinhas são guardiãs da biodiversidade, dos saberes ancestrais, das práticas sustentáveis e da memória viva da Amazônia. Promover a justiça social passa, necessariamente, pela valorização dessas populações, por políticas públicas que respeitem suas especificidades e por um novo olhar sobre o Brasil profundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades: perspectivas etnográficas e conceitos em construção**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre os conceitos de cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CRUZ, Laise de Holanda Barbosa. **Narrativas sobre a Amazônia: produção e apropriação de representações**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CRUZ, V. C. O. **O rio como um espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia**. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

DICIO.COM.BR. **Significado de ribeirinho**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000